

Reexame Necessário n. 2014.079836-6, de Taió
Relator: Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

REEXAME NECESSÁRIO. TRIBUTÁRIO. IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. 26.2.2013).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário n. 2014.079836-6, da comarca de Taió (Vara Única), em que é autora Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN, e réu Município de Salete:

A Segunda Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, negar provimento ao reexame necessário. Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, realizado no dia 20 de janeiro de 2015, os Exmos. Srs. Des. João Henrique Blasi, que o presidiu, e Des. Cid Goulart.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2015.

Sérgio Roberto Baasch Luz

RELATOR

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:48:12

RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário da sentença que na ação de repetição de indébito ajuizada pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em face do Município de Salete, confirmou a decisão de fl. 75 e julgou procedentes os pedidos para declarar a imunidade da autora em relação ao IPTU e condenar a municipalidade a restituir os valor satisfeitos a esse título, corrigidos monetariamente pelo INPC desde o respectivo desembolso *"incidindo (do trânsito em julgado, conforme Súmula 118 do STJ) apenas juros de mora pelo índice constante do teor do art. 1º-F da Lei 9.494/97, observado ainda o prazo prescricional de 05 (cinco) anos entre o pagamento dos tributos e o ajuizamento da ação"* (fl. 86). Por fim, determinou a cargo do réu o pagamento dos honorários advocatícios, os quais fixou em 10% do valor atualizado da condenação.

Sem a interposição de recurso voluntário, os autos ascenderam a esta superior instância por força do reexame necessário.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, não merece prosperar a proemial de inépcia da inicial, formulada sob os argumentos de que ausente especificação dos tributos sobre os quais almeja a autora, a imunidade tributária *"ou quais bens ou serviços que seriam passíveis de receber o benefício da imunidade"* e que o *"autor não juntou documentos indispensáveis para propositura da inicial, devendo o processo ser extinto sem julgamento do mérito"*.

O magistrado de primeiro grau, analisando os elementos que acompanham a peça vestibular, dispensou irretocável análise no ponto, a qual não merece reparos, veja-se:

No que toca a ausência de dicção do tributo ao qual a autora está imune, ao contrário do que afirma o réu, a autora especificou, tanto na fundamentação (primeiro parágrafo da fl. 5 e primeiro parágrafo da fl. 23), quanto no pedido (item "a" do petitório da fl. 23), qual o tributo – no caso IPTU – que reputa estar na hipótese de imunidade tributária recíproca.

Em relação a inépcia em relação à ausência de documentos indispensáveis que devem acompanhar a inicial, melhor sorte não tem o réu.

Preliminarmente, o fato de não haver certidão imobiliária para comprovar a propriedade do imóvel é irrelevante, pois consta do boleto de fls. 28 e 35 (são o mesmo documento), em campo específico ("Inscr. Imob. 01.02.006.0247.001"), que pelo menos cadastrado está algum imóvel de propriedade da autora.

[...]

Igualmente não merece guarida a alegação do réu acerca da inexistência de carnê de IPTU no autos. É que, ao examinar o boleto de fls. 28 e 35, vejo que consta, no campo "Cedente", o Município de Salete e a inscrição "IPTU/2010". Não bastasse isso, no campo "Outras informações" constam subcampos que se referem a área construída, assim como demais características do imóvel (bloco, apartamento,

quadra), mais do que suficientes para deduzir que se trata de cobrança do aludido imposto.

Portanto, apto está o feito para ser seu mérito julgado. (fl. 81/82)

Mantém-se intato, portanto, o aresto em reexame, no tocante a preliminar arguida pelo réu.

Ao mérito.

Também na senda do que concluiu o togado monocrático, é inexequível a análise acerca da declaração de inconstitucionalidade pretendida pelo autor, diante da ausência de indicação da norma sobre a qual reclama a referida declaração.

Adiante, a questão fulcral da lide repousa em saber se as sociedades de economia mista, na condição de prestadoras de serviços públicos, gozam ou não da imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos.

Parece que a dúvida ganhou contornos definitivos com o julgamento proferido em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no ARE 643.686, em 11.4.2013, cujo relator foi o eminente Ministro Dias Toffoli. Confira-se:

REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT). IMUNIDADE RECÍPROCA (ART. 150, VI, A, CF). RELEVÂNCIA ECONÔMICA SOCIAL E JURÍDICA DA CONTROVÉRSIA. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO. PRECEDENTES DA CORTE. RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE RECÍPROCA. RATIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B, CPC). 1. Perfilhando a cisão estabelecida entre prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica, esta Corte sempre concebeu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como uma empresa prestadora de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. Precedentes. 2. No tocante aos tributos incidentes sobre o patrimônio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde a ACO nº 765, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, na qual se tratava da imunidade da ECT relativamente a veículos de sua propriedade, iniciou-se, no Tribunal, a discussão sobre a necessidade de que a análise da capacidade contributiva para fins de imunidade se dê a partir da materialidade do tributo. 3. Capacidade contributiva que deve ser aferida a partir da propriedade imóvel individualmente considerada e não sobre todo o patrimônio do contribuinte. Noutras palavras, objetivamente falando, o princípio da capacidade contributiva deve consubstanciar a exteriorização de riquezas capazes de suportar a incidência do ônus fiscal e não sobre outros signos presuntivos de riqueza. 4. No julgamento da citada ACO nº 765/RJ, em virtude de se tratar, como no presente caso, de imunidade tributária relativa a imposto incidente sobre a propriedade, entendeu a Corte, quanto ao IPVA, que não caberia fazer distinção entre os veículos afetados ao serviço eminentemente postal e o que seria de atividade econômica. 5. Na dúvida suscitada pela apreciação de um caso concreto, acerca de quais imóveis estariam afetados ao serviço público e quais não, não pode ser sacrificada a imunidade tributária do serviço público, sob pena de restar frustrada a integração nacional. 6. Mesmo no que concerne a tributos cuja materialidade envolva a própria atividade da ECT, tem o Plenário da Corte reconhecido a imunidade tributária a essa empresa pública, como foi o caso do ISS, julgado no RE nº 601.392/PR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro

Joaquim Barbosa, redator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, julgado em 1/3/13. 7. Manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria constitucional e pela ratificação da pacífica jurisprudência deste Tribunal sobre o assunto discutido no apelo extremo e, em consequência, conheço do agravo, desde já, para negar provimento ao recurso extraordinário.

O desfecho dado ao caso pela Corte Suprema veio confirmar o entendimento que já era adotado por este Sodalício:

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26.2.2013)

Ainda:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CASAN. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, PREVISTA NO ART. 150, VI, "A", DA CRFB/88 ASSEGURADA. BENEFÍCIO CONSTITUCIONAL RESTRITA AOS IMPOSTOS, EXCLUÍDAS AS TAXAS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE SODALÍCIO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 26/02/2013).

"Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos" (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes). (Apelação Cível n. 2011.058868-7, de Abelardo Luz, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 10.12.2013)

Na esteira dos precedentes ora colacionados, infere-se, portanto, que a imunidade tributária recíproca, a qual decorre da redação do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, é extensiva às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, tal como a CASAN.

Por fim, não carecem de reparos os consectários legais e honorários

advocatícios aplicados na sentença vergastada, porquanto arbitrados em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

Pelo exposto, nega-se provimento ao reexame necessário.

É o voto.

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:48:12